

Educação “pelas coisas”, princípio pedagógico no iluminismo de Rousseau

Education “by things”, educational principle in Rousseau’s enlightenment

Educación “por las cosas”, principio educativo en Rousseau ilustración

ALMIR PAULO DOS SANTOS*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo explorar as contribuições de Rousseau para a educação na segunda infância a partir do Livro II, do *Emílio*. O eixo da reflexão é compreender como a educação “pelas coisas” se torna o fundamento para o fortalecimento do corpo e o refinamento dos sentidos nessa fase cognitiva da criança. O princípio pedagógico da educação “pelas coisas” é o ponto de partida do ato educativo, mas se faz necessário levar em conta o mundo do educando, seus respectivos limites e suas potencialidades, afastando-se dos vícios da sociedade. Conservar a criança na dependência das coisas é seguir a ordem da natureza. A educação “pelas coisas” deve substituir a intervenção discursiva do adulto. Sua interferência no processo da educação natural se desenvolve pela mediação entre as necessidades da criança e o cuidado do adulto.

Palavras-chave: Rousseau. Infância. Iluminismo. Educação natural.

ABSTRACT

This article aims to explore Rousseau's contributions about education in middle childhood, *Emilio's* Book II. The axis of reflection is to understand how education “by things” becomes the foundation for strengthening the body and refinement of the senses in child's cognitive stage. The pedagogical principle of education “by things” is the starting point of the education act, but it is necessary to take into account the student's world, their limits and potentials away from the vices of society. Conserve the child on the depending of things is to follow the order of nature. Education “by things” should replace the discursive educational intervention in adult. Its interference in the process of natural education develops the mediation between the needs of children and adult care.

Keywords: Rousseau. Childhood. Enlightenment. Natural education.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo explorar las contribuciones de Rousseau a la educación en la niñez media del Libro II, del *Emilio*. El eje de la reflexión es comprender cómo la educación “las cosas” se convierte en la base para fortalecer el cuerpo y el refinamiento de los sentidos en la etapa cognitiva de este niño. El principio pedagógico de la educación “las cosas” es el punto de partida de la ley de educación, pero es necesario tener en cuenta el mundo del estudiante, sus respectivos límites y potencialidades, lejos de los vicios de la sociedad. Salvar al niño en función de las cosas es seguir el orden de la naturaleza. Educación “cosas” debe sustituir el adulto intervención discursiva. Su interferencia en el proceso de la educación física se desarrolla la mediación entre las necesidades de los niños y el cuidado de un adulto.

Palabras clave: Rousseau. Niñez. Ilustración. Natural y Educación.

* Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), e professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (Erechim).
E-mail: <almir.santos@uffs.edu.br>.



INTRODUÇÃO

Rousseau nasceu em Genebra, em 1712. Perdeu sua mãe logo após o nascimento e teve uma infância difícil. Aos dez anos de idade, o pai precisou deixá-lo na Suíça. Em sua juventude, aprende música, matéria em que acaba se tornando professor, dentre outras atividades que realiza para ganhar a vida. O pensador genebrino ocupa um lugar central no projeto pedagógico iluminista. Escreve *Emílio ou da Educação*, obra de grandes considerações pelo amor à infância, que, por isso, se conserva viva ao longo do tempo. *Emílio* é uma obra que se apresenta, de modo geral, quando se trata da construção da autonomia humana e da possibilidade de ingressar na maioridade estando apto a pensar por conta própria e a conduzir-se retamente a partir da condição natural.

Em *Emílio*, a segunda infância (dos dois anos aos doze anos de idade) é denominada a idade da natureza. Seu conteúdo é apresentado por Rousseau de forma romancada, por meio de relatos da educação de um aluno fictício (Emílio), acompanhado por um preceptor idealizado por Rousseau, tendo como princípio afastar a criança da artificialidade da sociedade em seu tempo e dos ideais dos adultos. Pressupõe, a partir da educação natural, um longo processo formativo do indivíduo, que deve começar, já desde a infância, o contato direto com a natureza.

O objetivo do presente estudo é, então, explorar as contribuições que Rousseau apresenta para a educação na segunda infância a partir do Livro II, da obra *Emílio*. O eixo da reflexão é compreender como a educação “pelas coisas” se torna o fundamento para o fortalecimento do corpo e o refinamento dos sentidos na fase cognitiva da criança. O caminho metodológico que conduziu esse ensaio consistiu num trabalho analítico reconstrutivo. Esse trabalho teve como foco a obra *Emílio ou da Educação* e alguns dos principais estudiosos de Rousseau (FORTES, 1985; CASSIRER, 1999; HERMANN, 2013; DALBOSCO, 2012; GALLO, 2012; STRECK, 2012 e ESPÍNDOLA, 2010), buscando estabelecer relações a partir do objetivo proposto. A natureza torna-se o elemento fundante para que a criança possa constituir-se sujeito de si mesma e autônoma, afastando-se dos vícios que a sociedade em seu tempo apresentava. Rousseau explicita que, nessa fase cognitiva, a criança deve estar em constante contato com a natureza.

A respeito de infância, o conceito do Iluminismo moderno atualmente adotado é apresentado a partir da concepção rousseauiana, esta sendo considerada, no âmbito da pedagogia infantil, equivalente a uma revolução copernicana em matéria de cosmologia. Até então a criança era tratada com os ideais dos adultos. Com seu novo modo de ver a infância, a criança passa a ser tratada

e respeitada em seu próprio desenvolvimento físico e cognitivo. Ocorreu, porém, que os escritos de Rousseau não foram muito bem aceitos pela classe mais abastada em sua época (classe que representava a artificialidade que Rousseau combatia), porque foi contra os padrões de tratamento fornecidos à infância. O argumento principal de Rousseau a respeito da infância é respeitar a criança como criança, pois que considerava que essa etapa da vida humana possuía especificidades próprias e precisava ser estudada e respeitada com cuidado.

Para tratar do objetivo proposto, a seguir apresentamos elementos deste ensaio que oferecem um caminho para compreender essa “educação natural” na segunda infância. O primeiro desses elementos é o sentido pedagógico que Rousseau traz em diferentes perspectivas da razão iluminista científica. Faz uma crítica à educação que corrompia o caráter já desde a infância. Apresenta o sentido de natureza que se fundamenta na racionalidade a partir do “cuidado de si”, para a construção da autonomia e uma razão, no sentido dialético, que proporciona a Emílio — personagem do livro de mesmo título — superar os vícios e ser responsável por seus atos. A segunda parte do nosso texto apresenta a educação natural para a segunda infância, educação que deve ocorrer em contato com as coisas, processo no qual, no entanto, o cuidado do adulto se faz necessário e imprescindível como mediador entre a criança e a natureza. A educação “pelas coisas” torna-se a referência fundamental para educar Emílio longe dos vícios e da artificialidade da sociedade do Iluminismo. A educação “pelas coisas” substitui a intervenção discursiva — carregada de artificialidade — do adulto.

Respeitar a criança em seu mundo é a referência primeira para que a educação natural aconteça. As coisas (objetos) que a natureza apresenta situam-se como princípio pedagógico, princípio esse capaz de construir uma liberdade bem regrada e uma autonomia a Emílio. Nesse processo, como já mencionado, o adulto deve assumir o papel social de mediador, orientando a criança para que permaneça o maior tempo possível em contato com a natureza. Assim, Rousseau revoluciona o conceito de infância e para a docência, rompendo com os modelos sociais vigentes e introduzindo novos elementos pedagógicos e epistemológicos para a razão do Iluminismo.

ILUMINISMO PEDAGÓGICO ROUSSEAUIANO

O pensamento pedagógico de Rousseau desenvolve-se no contexto de formação do Iluminismo. Propõe pensar o homem como um ser livre, um ser que, portanto, é capaz de conduzir suas ações, tomar suas decisões e ser responsável por elas. Dalbosco (2007) explicita que

Rousseau não pode ser compreendido como um iluminista ingênuo em relação ao poder emancipador da razão, nem como um crítico radical ao defender a teoria do bom selvagem, porém reconhece que essa razão é a única capaz de fazer o homem ser “senhor de si”, desenvolvendo naturalmente suas potencialidades humanas amparado por um sentido normativo da natureza.

O Iluminismo apresenta-se como um movimento que influenciou a cultura, a política, a economia, a ciência, como também a educação. Podemos considerá-lo como “[...] um movimento de ideias que se manifesta através de uma grande variedade de obras, mas que, no entanto, participam de um espírito comum” (FORTES, 1985, p. 14). Diferentes proposições filosóficas e pedagógicas são apresentadas, algumas que fortalecem o sentido racional em detrimento do avanço científico e outras, nesse caso de Rousseau, que criticam as características iluministas que conduziam o homem à depravação e aos vícios, sem negar por completo o conceito de razão. De acordo com Cassirer, “[...] não é menos evidente para todos esses pensadores que compete à razão assumir a direção do movimento de renovação política e social, levando as ‘luzes’ até as suas causas e suas fontes” (CASSIRER, 1992, p. 354).

Como um autêntico pensador moderno, Rousseau vê na interioridade humana o núcleo central de sua autenticidade, a força capaz de fazer frente à corrupção humana, resultante da socialização desvirtuada. Sugere a Emílio que permaneça o maior tempo possível próximo à natureza e distante da artificialidade social, assim, a “[...] diferença entre as suas faculdades e os seus desejos será pequena” (ROUSSEAU, 2004, p. 75). O contato com a natureza nessa fase cognitiva é indispensável para o fortalecimento do corpo e o refinamento dos sentidos. Ao sugerir que Emílio se afaste da sociedade, Rousseau quer apresentar que esse modelo de sociedade, assim constituída, deturpa o caráter de Emílio e o leva a constituir vícios: “A cegueira do homem em meio a tantas luzes, foi o primeiro, no horizonte do Iluminismo, a esquadriñar a dialética do movimento que queria impregnar de razão todas as formas de vida” (HERMANN, 2013, p. 3).

É na segunda “[...] fase da vida, onde acaba propriamente a infância” (ROUSSEAU, 2004, p. 69), que o genebrino destaca que há uma crescente corrupção dos sentimentos naturais e o excessivo surgimento de paixões que distanciam progressivamente o homem da natureza. Destaca ele que esse distanciamento proporciona a competição, afastando o ser humano da harmonia natural e que, então, a sociedade deve ser o lugar de florescimento da verdadeira ciência e de uma renovação da estrutura política e social. Esse modelo de formação deve ser iniciado logo na infância na relação da criança com a natureza, buscando construir sentimentos naturais de virtudes e autonomia, diferenciando-se do modelo de racionalidade científica.

O progresso econômico e social apresentado no Iluminismo conduz o ser humano a tornar-se corrupto. Rousseau não explicita, em seus escritos, um abandono de tudo o que foi conquistado pela razão iluminista e, muito menos, propõe o retorno ao “bom selvagem”. O que Rousseau busca explicitar é como a civilização do Ocidente desvirtua essas conquistas, utilizando os procedimentos racionais e do desenvolvimento técnico-científico prioritariamente em prol da satisfação de seus caprichos e de uma vida baseada na artificialidade do mundo das aparências.

O esforço de Rousseau em demonstrar que a criança deve ser educada sob as luzes da natureza ocasiona uma renovação profunda no conceito de formação pedagógica. O livre desenvolvimento ativo das capacidades naturais é um processo de autoformação que torna os homens verdadeiros e virtuosos, segundo seu entendimento, pois as crianças aprendem que as suas ações no mundo geram consequências, ou seja, aprendem que a natureza funciona pelo princípio das causas e dos efeitos. Rousseau demonstra que não há um único modelo engessado de racionalidade que direciona a condição humana, mas uma razão em permanente processo de reflexão sobre si mesma, evitando tornar-se absoluta.

O pensamento do genebrino representa a capacidade humana de pensar e refletir racionalmente “em si mesmo” e “para si mesmo”. A criança precisa ser respeitada em sua fase cognitiva, pois só assim fortalecerá seu corpo e o desenvolvimento da sua sensibilidade: “A consciência permanece no fundo do coração dos homens, como uma voz interior, para o estabelecimento de uma autossuficiência física e de um longo processo de educação dos sentidos, pelo contato com a natureza” (HERMANN, 2013, p. 5). Eis a educação para a autonomia racional.

A educação para a autonomia racional potencializa o desenvolvimento livre das capacidades naturais e permite, a partir da infância, a construção de virtudes morais e de uma liberdade interior. Rousseau argumenta a respeito das condições educativas para formar uma nova racionalidade humana, capaz de libertá-lo das opiniões dos outros, das aparências, assim desenvolvendo o que é essencial à condição humana – a virtude: “O homem é muito forte quando se contenta com ser o que é, e é muito fraco quando deseja erguer-se acima da humanidade” (ROUSSEAU, 2004, p. 76). A educação de Emílio se dará pelo contato com a natureza, numa valorização da imaginação, da intuição e da interioridade.

Ao retornar à natureza, Rousseau não quer que Emílio caminhe de “quatro patas”, como Voltaire explicita em sua crítica a Rousseau, mas que Emílio “ouça a voz da natureza”, capaz de, por si próprio, escolher e desenvolver suas capacidades naturais. Assim “Rousseau recorre a uma analogia auditiva: a natureza é comparada a uma

‘voz interior’. A consciência, nosso guia interior, fala conosco na linguagem da natureza” (TAYLOR, 1997, p. 458), pois ouvir a “voz interna” significaria ouvir a própria “voz da natureza”, conectando entre si os conceitos de natureza e com os da consciência, entendimento a partir do qual Rousseau constrói suas referências normativas de autenticidade e de personalidade própria.

O Iluminismo pedagógico de Rousseau não explicita a renúncia do que foi conquistado pela cultura e ciência iluminista, tampouco propõe um retorno à vida primitiva. Propõe, isso sim, uma dialética da razão procurando “[...] apontar para a não existência de um único e engessado modelo de racionalidade que possa ser seguido” (WENDT e DALBOSCO, 2012, p. 232). Nessa perspectiva da dialética da razão, essa formulação racional, imanente à ação humana, é manifestada na “voz da consciência”: “A única paixão natural do homem é o amor de si mesmo” (ROUSSEAU, 2004, p. 95). Trata-se de paixão iniciada pelo “cuidado de si” e inserida numa ordem natural.

Embora Rousseau apresente que a segunda infância “é o sono da razão” e a criança não deva receber ideia, apenas imagens dos objetos sensíveis, explicita que o desenvolvimento do “amor de si” é o caminho necessário para a preparação do raciocínio, “[...] pois vejo que raciocinam muito bem em tudo o que conhecem e que se relacione com seus interesses presentes e sensíveis” (ROUSSEAU, 2004, p. 121). A ideia de uma razão na perspectiva dialética é apontar a não existência de um único modelo de racionalidade, mas nos indica que a razão deve estar em permanente processo de reflexão sobre si mesma, retirando a perspectiva de uma racionalidade absoluta, de caráter científico.

O Iluminismo pedagógico de Rousseau se constitui de três elementos, que, ao que tudo indica, permitem constituir uma nova perspectiva de racionalidade pedagógica, diferente da técnica científica. Como um primeiro elemento, Rousseau identifica que o modelo de racionalidade cientificista desenvolve a depravação e gera vícios que corrompem o caráter. Como segundo elemento, o genebrino afirma que Emílio deve permanecer o maior tempo possível próximo à natureza, pois ela se torna o elemento pedagógico para o fortalecimento do corpo e o refinamento dos sentidos nessa fase cognitiva: “A consciência é a voz da natureza que se manifesta num ser que participa da sociedade e dispõe de uma linguagem e, portanto, da razão” (TAYLOR, 1997, p. 460). O terceiro elemento potencializa uma razão dialética, faz com que Emílio seja sujeito de seus atos e de suas virtudes. Rousseau apresenta um novo sentido de racionalidade, diferente da perspectiva do Iluminismo, pois, ao se “voltar à natureza”, Emílio passa ouvir a “voz da consciência” por meio de um processo de voltar-se a seu interior e de

constituir-se enquanto um ser que busca sua autonomia, em decidir por si próprio e ter uma vida mais feliz.

EDUCAÇÃO NATURAL NA SEGUNDA INFÂNCIA

O projeto de educação natural esboçado por Rousseau no segundo livro do *Emílio* é dirigido à segunda infância, período dos dois aos doze anos de idade, segundo ele, e marcado pela tensão de vida entre a criança e a educação pelas coisas ou educação natural. Dalbosco (2009) explicita que o princípio pedagógico da educação pelas coisas é o ponto de partida do ato educativo, necessitando levar em conta o mundo do educando, seus respectivos limites e suas potencialidades.

Um dos princípios fundamentais para o desenvolvimento dessa educação natural é formar a criança, desde a infância, como “senhora de si mesma”, para que, ao tornar-se jovem ou adulta, possa pensar por contra própria. O desenvolvimento das capacidades físicas e sensíveis da criança, prevendo o respeito a ela em seu mundo, são essenciais em sua fase cognitiva moral. A natureza “[...] lhe dá de imediato apenas os desejos necessários à sua conservação e as faculdades suficientes para satisfazê-los” (ROUSSEAU, 2004, p. 75).

Rousseau se mostrava insatisfeito com o tratamento dado às crianças, visto que “a idade da alegria” passava-se em meio a prantos e a castigos. Segundo ele, o tempo da infância é tão curto e tão autêntico que não se deveria enchê-lo de amarguras. Essa é a condição para todas as idades e é dever dos homens seguir essa ordem. Nesse sentido, a humanidade tem seu lugar na ordem das coisas e a infância tem o seu na ordem da vida humana. Martins e Dalbosco (2012) afirmam que é preciso que, aos poucos, a criança vá percebendo que pertence a uma ordem maior e que é responsável por essa ordem da natureza também.

O modo de vida apresentado pela sociedade em sua época privava a infância das crianças de viver de acordo com suas próprias necessidades. Talvez Rousseau não quisesse uma separação radical da criança com a sociedade, mas um modo de vida diferente daquele fornecido à época: “Sede humanos, este é vosso primeiro dever, sede humanos para todas as condições, para todas as idades. Amai a infância, favoreci suas brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto” (ROUSSEAU, 2004, p. 73).

Inconformado com a artificialidade que a sociedade apresentava, Rousseau faz uma crítica ao tratamento fornecido à infância e defende a bondade da criança como um sentimento natural que pudesse conduzir a vida individual. É tempo de corrigir as más inclinações que a sociedade apresenta. É na infância que os sofrimentos são menores e, então, devemos multiplicá-los para, mais tarde, na idade da razão, poupá-las dos castigos dos

homens. Por isso, por que “[...] retirar desses pequenos inocentes o gozo de um tempo tão curto que se lhes foge, e que quereis encher de amargura e de dores esses anos tão velozes” (ROUSSEAU, 2004, p. 73).

Respeitar a criança em sua fase cognitiva é a primeira condição para que a educação natural aconteça. O adulto precisa ser o mediador entre a criança e a natureza para que suas necessidades sejam supridas. Entender as necessidades reais da criança é fundamental para pensar a intervenção do adulto. A criança precisa do adulto, mas ele não deve interferir de maneira arbitrária. O papel do adulto é conduzir esse enfrentamento da criança com a natureza. Isso pressupõe que o adulto aproxime a criança da natureza, mas é a criança que deve percorrer o caminho, em contato com as coisas para o fortalecimento do corpo e dos sentidos.

O adulto precisa compreender quais são as necessidades reais para pensar a mediação no mundo da infância. A criança na segunda infância não consegue distinguir o que são necessidades reais e artificiais. Por isso, a tarefa do adulto é ajudá-la a satisfazer as necessidades reais e a não desenvolver vícios ou necessidades artificiais. A intervenção do adulto na infância é necessária para orientar a criança para que esteja em constante confronto com a natureza, fortaleça o corpo e refine os sentidos por meio da educação pelas coisas.

Essa relação entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto deve se dar sem autoritarismo, pois assim haverá respeito à criança e os ideais serão postos, não impostos, pelo adulto. Por outro lado, também deve ser condenada a liberdade excessiva que brota da espontaneidade, porque, ao fazer tudo o que a criança quer, o adulto será escravizado pela criança e terminará também por distanciá-la do processo de educação natural e de sua inserção na ordem das coisas.

Ao construir sua própria autonomia e o conhecimento de si mesma, a criança se coloca em condições de enfrentar suas próprias necessidades. Quanto mais a criança desenvolver suas forças, menos vai recorrer às outras pessoas e mais vai agir por conta própria, adquirindo uma identidade de si mesma e constituindo uma potencialidade racional. O próprio Rousseau apresenta tais considerações: “Outro progresso torna a queixa menos necessária às crianças: é o de suas forças. Podendo mais por si mesmas, precisam com menos frequência recorrer aos outros. Junto com a força, desenvolve-se o conhecimento, que as põe em condições de dirigi-la” (2004, p. 71-72).

Segundo Rousseau, esse é o segundo grau em que começa a vida do indivíduo. A criança precisa tomar consciência de si mesma para poder ser inserida na ordem das coisas. Saber seu lugar é uma necessidade essencial para que ela possa desenvolver suas forças e suas faculdades morais e seja parte integrante dessa ordem

natural. Martins e Dalbosco (2012) apresentam que é na infância que a criança precisa reconhecer-se indefesa e com necessidades e que ela entenda que faz parte — como já acima dito — de uma ordem maior e que é responsável também. Isso a leva a desenvolver por si mesma suas próprias capacidades naturais, podendo ser sujeito de sua ação, tendo menos necessidade de recorrer aos cuidados dos adultos e preparando-se para se tornar um ser moral.

Dois aspectos até aqui apontados são essenciais, e mostram o sentido de natureza exposto por Rousseau: o primeiro encontra-se na necessidade que a criança deve ter de estar próxima à condição natural, o que ressalta a importância de o adulto proporcionar-lhe condições para esse contato; o segundo sentido consiste em afirmar que esse contato com a natureza desenvolve a primeira autonomia moral, no sentido de conscientização da criança para consigo mesma e de suas relações com as coisas.

Nessa fase cognitiva da segunda infância, a criança tem que ser considerada como “o sono da razão” (ROUSSEAU, 2004, p. 119), pois, se fosse educada pela razão, seria tratada segundo os ideais dos adultos e jamais poderia desenvolver um conhecimento que a colocasse na função de sujeito de sua ação. Se fosse educada nessa idade pela razão, segundo Rousseau, a criança iria desenvolver todos os vícios que a sociedade em seu tempo apresentava, “[...] prendendo a criança a correntes de todo tipo” (ROUSSEAU, 2004, p. 72).

Assim, portanto, se não é a razão o caminho a ser percorrido para educar Emílio, mas a natureza, o propósito, agora, é saber como a natureza desenvolve tal projeto para que a infância possa ser inserida na ordem das coisas. O mundo da criança é tão frágil que precisa de proteção, e o adulto tem a função de afastá-la do mundo artificial que a sociedade lhe apresenta e proporcionar-lhe meios para que esteja o mais próxima possível da natureza. Segundo Rousseau, “[...] o mais perigoso intervalo da vida humana é o que vai do nascimento até a idade dos doze anos. É o tempo em que germinam os erros e os vícios” (2004, p. 96), corrompendo a infância. Hermann (2013) explicita que Rousseau, inconformado com a artificialidade dos costumes e com o aviltamento causado pelas desigualdades sociais, aponta em *Emílio* a cegueira do homem em meio a tantas luzes.

É na infância que a criança precisa desenvolver sua autonomia e ser responsável por seus atos. Obter plena preparação para a vida adulta é protegê-la da invasão social e educá-la pelas coisas. Certamente essa não é uma tarefa fácil, porque exige do adulto um posicionamento pedagógico que precisa ser o mais acertado em relação à criança, para que ela não faça o que quer fazer nem seja privada das necessidades que sua idade comporta. Dalbosco (2007, p. 174) afirma que, do ponto de vista

pedagógico, o procedimento mais acertado do adulto em relação à criança é evitar escravizá-la ou ser por ela escravizado.

Despertar o sentimento de natureza em cada criança é tarefa do adulto. Para isso existe foi criada a máxima fundamental da educação natural, essa que é tratar a criança como criança. Tratar a criança como criança implica educar a criança para que possa enfrentar as intempéries da vida e ser sujeito de sua ação. Assim, é preciso deixar que ocorra certo desenvolvimento espontâneo e natural, guiado pela educação por meio das coisas, não pela intervenção autoritária do adulto: “Em vez de deixá-la estragar-se no ar corrompido de um quarto, que seja levada diariamente até um prado. Ali, que corra, se divirta, caia cem vezes por dia, tanto melhor, aprenderá mais cedo a se levantar” (ROUSSEAU, 2004, p. 69). A natureza tem função decisiva no sentido de educar a liberdade desregrada da vontade da criança, dando-lhe limites para a sua ação no mundo.

É a natureza, não a artificialidade da sociedade, o caminho para educar Emílio. Quando o adulto submete a educação da criança a seus ideais, a criança passa a gerar vícios que corrompem seu caráter, afastando-a de sua liberdade natural. Os vícios corrompem a “tranquilidade da alma” e afastam a criança de suas virtudes. Por isso, o adulto deve ser mediador, conduzindo a criança a estar em constante confronto com a natureza, para que possa construir as virtudes morais para a sua participação na ordem natural: “Meu aluno muitas vezes terá contusões; em compensação, estará alegre. Se vossos filhos estão sempre contrariados, sempre presos, sempre tristes, duvido que a vantagem esteja de seu lado” (ROUSSEAU, 2004, p. 71).

A natureza apresenta suas características e é por elas que a humanidade tem seu lugar na ordem das coisas e a criança é parte integrante dessa condição humana, por isso deve ser tratada e respeitada como criança, não como um “adulto em miniatura”. Ou seja, repetindo o princípio rousseauiano, ela faz parte de uma “ordem maior”, com sua bondade e virtude, que é constituída pelo fortalecimento do corpo e pelo refinamento dos sentidos no contato com as coisas.

Rousseau indica-nos, portanto, que é na desproporção dos desejos e das faculdades que acontece de crianças se afastarem, de sua condição humana, fato que conduz à miséria humana. Isso significa que não devemos diminuir os desejos, pois, se estiverem abaixo de nossas potências, alguma parte de nossas faculdades estará ociosa e não gozaremos de todo o nosso ser. Trata-se, sim, de “[...] diminuir o excesso de desejos relativamente às faculdades, e de igualar perfeitamente a potência e a vontade” (ROUSSEAU, 2004, p. 75), para que todas as

forças em ação e a alma permaneçam tranquilas e o ser humano esteja inserido na ordem das coisas.

É no desenvolvimento natural e cognitivo que a criança satisfaz suas necessidades. Rousseau mostra que natureza colocou todas as coisas como reserva no “[...] fundo da alma, para que se desenvolvessem quando necessário. Só nesse estado primitivo o equilíbrio entre o poder e o desejo é reencontrado e o homem não é infeliz” (ROUSSEAU, 2004, p. 75).

O que, portanto, nos impede de formar uma consciência de que somos parte de uma humanidade inserida numa ordem natural é a desproporção entre nossos desejos e nossas faculdades. Esses desejos obsessivos nos conduzem a um distanciamento da condição humana, demarcando, assim, um afastamento muito grande entre o querer e o poder. Rousseau afirma que a tarefa da educação natural, nesse contexto, é promover um tipo de formação a Emílio que promova um equilíbrio entre os desejos e as faculdades. A desproporção entre os nossos desejos e as nossas faculdades consiste nos nossos vícios: “Um ser sensível cujas faculdades igualassem os desejos seria um ser absolutamente feliz. Somente então, estando todas as forças em ação, a alma permanecerá tranquila e o homem se encontrará bem ordenado” (ROUSSEAU, 2004, p. 74-75).

A natureza oferece à criança apenas os desejos necessários e as faculdades suficientes para a satisfação de suas necessidades, fazendo tudo do melhor modo possível. Por isso, quanto mais a criança tiver permanecido próxima da condição natural, menor será a diferença entre as suas faculdades e os seus desejos, pois sua liberdade vai até onde vão as suas forças naturais.

A natureza se mostra à criança em sua grande inteireza. É a natureza e não a sociedade que oferece a referência normativa para que a criança adquira a consciência de suas necessidades e o equilíbrio entre seus desejos e suas forças. Desse modo, a criança estará evitando as muitas frustrações e os permanentes sentimentos de impotência que a caracterizam em meio à sociedade, sentimentos que se originam do fato de um querer desordenado e desmedido de se sobrepor às condições e às capacidades reais de obtê-los.

Rousseau, ao mesmo tempo em que faz uma crítica à educação de sua época, mostrando que foram utilizados todos os instrumentos, mas nenhum atingiu o resultado desejado. Nesse sentido, a força das coisas contém princípios essenciais para fornecer os limites necessários à educação na segunda infância. Tentaram todos os “[...] instrumentos, menos um, exatamente o único que pode dar certo: a liberdade bem regrada. Tornamo-la flexível e dócil somente pela força das coisas, sem que nenhum vício nela possa germinar” (ROUSSEAU, 2004, p. 94).

A força que as coisas proporcionam à criança não gera nenhum tipo de vício. Essa é condição que exige do adulto uma sensibilidade para distinguir entre o que é necessidade legítima e o que não é, pois são concessões pelas quais se estipulam barreiras para saber a ordem e estabelecer os limites, como sendo um muro que tem de ser reconstruído. Para Martins e Dalbosco (2012, p. 12), o educador ou pai que negligenciar suas responsabilidades ou proteger a criança excessivamente estará afastando a criança de sua verdadeira natureza – nem excesso de cuidados e nem falta, mas a partir de suas necessidades naturais.

A natureza fornece uma vontade educada à criança. Desse modo, a criança consegue, por si mesma, visualizar os primeiros desejos e as primeiras necessidades, seguindo a ordem das coisas. Rousseau mostra que, “[...] junto a nós, existem mil lugares por onde a criança pode sair de seu lugar; cabe aos que educam mantê-la nele, e esta não é uma tarefa fácil. Ela não deve ser nem um animal, nem um homem, e sim criança” (2004, p. 81).

Conservar a criança na dependência das coisas e no contato com a natureza é tarefa do adulto. Assim, a criança terá seguido a ordem das coisas. A dependência das coisas não prejudica a liberdade e não gera vícios, ao passo que a dependência da sociedade gera todos os vícios. A educação natural é determinada pela relação que a criança estabelece com as coisas, caminho a ser seguido para desenvolver um conhecimento de si que a põe na condição sujeito de suas ações e a insere na ordem natural.

EDUCAÇÃO “PELAS COISAS”

Rousseau se autodefiniu como um homem de paradoxo. Seus escritos, de difíceis interpretações, ultrapassam períodos históricos e permanecem vivos entre as diferentes pesquisas e práticas pedagógicas. Então, no presente estudo, não é diferente interpretar o que significa, para Rousseau, educar “pelas coisas”. Talvez uma interpretação mais adequada seria educar por meio dos objetos presentes na natureza, como pelos elementos que a natureza nos fornece. O importante é identificar, nessa interpretação, que educar “pelas coisas” afasta a criança dos vícios e da artificialidade da sociedade que o Iluminismo constituiu.

A educação “pelas coisas” assume uma tarefa central do desenvolvimento da educação natural, porque prepara progressivamente a criança para ser inserida na ordem da natureza. Deve substituir a intervenção discursiva do adulto como forma prioritária de educação. Sua interferência no processo da educação natural se desenvolve mediante outro tipo de intervenção, ou seja, pela mediação entre as necessidades da criança e o

cuidado. Um exemplo clássico que Rousseau apresenta para tratar dessa problemática é o do vidro da janela quebrado, pois, mesmo que tivesse alertado por meio dos discursos que, ao brincar em frente à janela de seu quarto, Emílio poderia quebrá-lo, a criança não atendeu e acabou por fazê-lo. Em vez de fazer longos discursos à criança ou reparar logo em seguida o vidro quebrado, para Rousseau seria o mais adequado para a educação natural não dizer nada e não consertar o vidro quebrado.

Assim, ao passar frio, a criança aprenderia, mediante a experiência com as coisas (vento gelado), a cautela necessária para agir noutras situações semelhantes. Ao protestar em razão do frio é que então o diálogo com o adulto (educador) surtiria maior eficácia. Rousseau apresenta, para educar Emílio, a arte da encenação, arte por meio da qual pretende trazer a criança o mais próximo possível da educação natural. A partir do exemplo fornecido a Emílio do vidro da janela quebrado, Rousseau demonstra a importância de educar Emílio por meio das coisas provindas da natureza. A arte de encenar insere a criança a retornar em seu estado natural e a compreender, por meio das coisas e das intempéries da natureza (frio), o limite intransponível entre ela e a própria natureza.

A educação “pelas coisas” deve, então, substituir a educação discursiva, vertical e moralizante do adulto em relação à criança. Daí emerge a posição destacada da função pedagógica da natureza como professora e da mediação do adulto na relação da criança com as coisas. Essa função pedagógica que a natureza possibilita à criança também conduz a uma liberdade bem regrada: “Tentaram-se todos os instrumentos, menos um, exatamente o único que pode dar certo: a liberdade bem regrada. Tornamo-la flexível e dócil somente pela força das coisas, sem que nenhum vício nela possa germinar” (ROUSSEAU, 2004, p. 94). A criança, quanto mais permanecer em contato com as coisas (objetos) que a natureza fornece, mais distantes dela germinarão os vícios.

É importante que a criança sinta o prejuízo de sua privação e aprenda por si mesma como as coisas que estão ao seu redor são de extrema importância. Outros exemplos são apresentados por Rousseau: “Ele quebra os móveis que usa; não vos apresseis em lhe dar outros, deixai que sinta o prejuízo da privação. Ele quebra as janelas de seu quarto; deixai que o vento sopra sobre ele noite e dia sem vos preocupardes com o resfriado, pois é melhor que ele esteja resfriado do que louco” (ROUSSEAU, 2004, p. 107).

A experiência por meio das coisas deve ser lei para a criança, pois não devemos oferecer-lhe nada sem que ela precise. É na liberdade de suas ações que reside o processo de educação natural, e a natureza se encarrega de fornecer limites à criança e os meios necessários para seu processo

educativo. Fortalecer seu corpo e refinar seus sentidos são características essenciais para o desenvolvimento da educação natural na segunda infância.

Rousseau chama a atenção sobre o cuidado com a postura inadequada do adulto para com a criança, o que contribui decisivamente na formação de um caráter vicioso, pois, ao invés de se contrapor ao egoísmo e à perversidade humana, a criança acaba por tê-los como seus valores constitutivos. Por isso, a intervenção discursiva vertical e excessiva do adulto em relação à criança afasta-a de sua condição natural, corrompendo seu caráter natural e, assim, desenvolvendo em excesso os desejos e os vícios.

A natureza atende às necessidades básicas da criança, desde que ela esteja em contato com as coisas. O adulto não deve lhe oferecer algo que não seja para atender a necessidades verdadeiras, provindas das coisas. As necessidades fantasiosas geram os vícios, corrompendo o caráter moral da criança e afastando-a de seu progresso e de sua inserção na ordem das coisas. Desse modo, o adulto não deve oferecer nada à criança que esteja completamente fora do alcance dela, mas deve respeitar seu estágio de desenvolvimento: “Sabeis qual é o meio mais seguro de tornar miserável vosso filho? É acostumá-lo a obter tudo, pois, crescendo seus desejos sem cessar pela facilidade de satisfazê-los, mais cedo ou mais tarde a impotência vos forçará, ainda que contra a vontade” (ROUSSEAU, 2004, p. 86).

A educação “pelas coisas” assume peso decisivo no processo de educação natural, pois permite à infância o exercício da liberdade natural. Tudo indica que a criança não deve obter nada porque pede, mas, sim, por ser necessidade verdadeira, tirando suas conclusões de acordo com sua faixa etária e com as suas condições e possibilidades. Se a criança for educada a partir da artificialidade da sociedade, “[...] a recusa inabitual dar-lhe-á um tormento maior do que a própria privação do que deseja. Primeiro ele irá querer a bengala que segurais; logo irá querer vosso relógio; irá querer a estrela que vê brilhando; quererá tudo o que vir” (ROUSSEAU, 2004, p. 86). A educação “pelas coisas” possibilita o desenvolvimento de uma liberdade bem regrada, necessária à construção de sua moralidade na fase seguinte.

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos inverter essa ordem, produziremos frutos temporãos, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão a corromper-se. É na infância que a criança tem maneiras de ver, de pensar e de sentir, que são da sua natureza cognitiva: “Nada é menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas” (ROUSSEAU, 2004, p. 91). É necessário colocá-las em contato com a natureza, para que a experiência

com as coisas seja a referência central para a educação natural. Se substituirmos a experiência “pelas coisas” pela educação racional, estaremos tratando a criança segundo os ideais dos adultos.

Rousseau afirma que não podemos perverter a ordem das coisas. É necessário tratar a infância de acordo com sua idade, colocando-a, por meio da natureza, em seu lugar, sem promessas, sem adulações, mas, sim, pela experiência “pelas coisas”. Assim, desenvolver-se-á uma sensibilidade para discernir entre o que são necessidades legítimas e o que são supérfluas que corrompem seu caráter. É da natureza do homem suportar pacientemente a necessidade das coisas, construindo uma liberdade bem regrada, sem que nenhum vício venha a fazer parte de seu desenvolvimento cognitivo.

O adulto não deve fornecer à criança, durante o processo de educação natural, nenhuma lição verbal. Imprescindíveis são as lições da experiência pelas coisas, pois o primeiro contato que a criança deve ter é com a natureza, para que possa construir-se, nesse processo de educação, uma criança bondosa, que desenvolva suas faculdades necessárias: “A resposta é simples, vem dos próprios objetos que atingem seus sentidos” (ROUSSEAU, 2004, p. 101).

É preciso assinalar, nesse contexto, que a educação pela razão é precedida pela educação “pelas coisas”. As coisas possibilitam à criança uma liberdade bem regrada, colocando-a na condição de sujeito de si mesma, com consciência de seus limites e de suas forças, fortalecendo seu corpo conforme a sua idade e necessidades. Assim, é possível constatar que a educação “pelas coisas”, além de afastar a criança dos vícios sociais, prepara-a para o ingresso na razão, pois, segundo Rousseau, a educação pela razão deve acontecer somente depois dos 15 anos.

A natureza, por meio da educação “pelas coisas”, prepara a criança para a próxima fase, assim como mantém o caráter normativo para a segunda infância. O que predomina aqui é a natureza como mundo físico que deve reger (formar) a experiência sensível da criança, preparando-a, desse modo, para o desenvolvimento de sua experiência “espiritual”, desenvolvimento no qual, sobretudo a partir do quarto livro do *Emílio*, o conceito de “natureza racional” passa a predominar.

A educação natural é o caminho apontado por Rousseau para que Emílio desenvolva um conhecimento de si por meio das coisas, para que fortaleça seu corpo e refine seus sentidos, como preparação indispensável para a moralidade. A educação natural da criança permitirá que ela cresça firme de caráter e capaz de reformar essa sociedade artificial. Para Rousseau, basta deixar o homem ser autêntico, autônomo e livre, que ele saberá o que fazer pela sua sociedade. É desse modo que Rousseau constitui

seu projeto para a educação da segunda infância: a criança precisa ser respeitada como criança, mesmo que a criança precise dos cuidados do adulto nessa fase cognitiva. Cabe ao adulto mediar a relação da criança com a natureza e com a sociedade para que ela permaneça o maior tempo possível em contato com natureza, pois que é isso que lhe vai proporcionar o equilíbrio necessário entre seus desejos e suas faculdades, equilíbrio esse fundamental para a preparação da autonomia moral do adulto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a definição do próprio Rousseau, por “segunda infância” entende-se a fase cognitiva entre dois e doze anos de idade. Assim, a pretensão deste ensaio foi explorar as contribuições rousseauianas para a educação dessa segunda infância e compreender como Rousseau, expõe a sociedade iluminista de sua época – ao afirmar que seu caráter artificial pervertia as crianças logo na infância –, propõe a educação “pelas coisas”, educação essa que deveria tornar-se a referência para o fortalecimento do corpo e o refinamento dos sentidos nessa fase cognitiva da criança. Tratou-se aqui, pois, de retratar o princípio pedagógico dialético da razão explicitado pela “voz da consciência” na construção da autonomia.

De forma romanceada, Rousseau faz uma crítica à educação no Iluminismo, pois as crianças eram educadas a partir dos princípios dos adultos. Afirmou ele que essa educação trazia vícios às crianças já logo na infância, pois muitas delas viviam escravizadas a atividades adultas e em condições desumanas para a infância. A crítica à sociedade feita por Rousseau significava uma crítica à origem social, da própria moralidade humana, que conduzia a infância a uma educação artificial, distante de sua natureza cognitiva.

O Iluminismo pedagógico que Rousseau apresentou se constituiu de uma racionalidade que busca na natureza das coisas um sentido pedagógico a partir do “cuidado de si”, contrapondo essa natureza à razão técnico-científica que privilegia ideais externos de depravação e vícios que corrompem a condição humana. Rousseau traz a natureza como o elemento que propicia à educação de Emílio uma liberdade interior que o torna capaz de libertar-se das opiniões dos outros, constituindo-se sujeito de seus atos e de suas virtudes. Com isso potencializa uma razão dialética que brota da interioridade humana, constantemente fortalecida pela educação “pelas coisas”, caracterizada pelo voltar à natureza no sentido específico de ouvir a “voz da consciência”.

Esse projeto pedagógico da educação natural na segunda infância se fundamenta pelo contato com

as coisas que a natureza apresenta. O educando deve ser ensinado a suportar todo tipo de privações, tudo como um princípio pedagógico genuíno, respeitando sua fase cognitiva, fundamental para o desenvolvimento da autonomia e constituir-se responsável por seus atos.

Nessa fase cognitiva, dos dois aos doze anos de idade, a criança precisa, sim, de cuidados do adulto, porém Rousseau apresenta que o adulto não deve impor seus ideais à criança, e sim orientar para que ela permaneça o maior tempo possível em contato com a natureza, contato esse fundamental para o fortalecimento do corpo e para o refinamento dos sentidos nessa fase. A natureza, na qual os atos humanos constituem causas que geram consequências, fornece, a partir de seu princípio pedagógico da educação “pelas coisas”, uma liberdade bem regrada, fornecendo os limites necessários para que a criança seja considerada “senhora de si mesma” e possa, na próxima fase da vida, enfrentar a artificialidade da sociedade sem deixar-se influenciar pelos vícios que corrompem o caráter moral.

A criança deve ser respeitada como criança e esse deve ser o primeiro princípio pedagógico da educação natural. Então favorecer suas brincadeiras, seus instintos e seus prazeres, evitando os diversos “castigos”, é parte integrante da educação natural. Rousseau mostra-se, portanto, convicto quanto à artificialidade gerada pela sociedade do Iluminismo, afirmando que essa artificialidade corrompia o caráter da criança, gerando vícios e levando a infância a ser tratada segundo os ideais de adultos. A preservação da criança em seu estado natural, ou seja, o princípio pedagógico de “ouvir a voz da natureza”, constitui-se a consciência de si, capaz de enfrentar as intempéries da sociedade, desenvolvendo uma potencialidade racional, própria para sua idade.

A segunda infância é a fase cognitiva em que a criança, através da educação “pelas coisas”, fortalece seu corpo e refina seus sentidos, preparando-se para a idade da razão. Proteger o “coração” dos vícios torna-se a referência necessária para que a educação natural ocorra. A educação “pelas coisas”, princípio pedagógico no Iluminismo de Rousseau, prepara a criança a ser autônoma, constituindo suas virtudes e a tomada de suas próprias decisões, sendo sujeito de si mesma. O retorno a uma “consciência interior” potencializa a criança em sua fase cognitiva e a prepara para a idade da razão, afastando-a da artificialidade da sociedade do Iluminismo, que direcionava a infância aos cuidados dos adultos. Por fim, este ensaio tem a pretensão de contribuir com uma educação infantil que respeite a criança como criança, princípio este ainda tão necessário na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

- CASSIRER, E. **A questão Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- DALBOSCO, Cláudio Almir. **Educação natural em Rousseau**. Das necessidades da criança e dos cuidados do adulto. São Paulo: Cortez, 2011.
- DALBOSCO, Cláudio Almir. Paradoxos da educação natural no Emile de Rousseau: os cuidados do adulto. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 175-193, jan./abr. 2009.
- DALBOSCO, Cláudio Almir. Determinação racional da vontade humana e educação natural em Rousseau. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 135-150, jan./abr. 2007.
- ESPÍNDOLA, Arlei de. Paradoxo da sociabilidade na reflexão de Rousseau. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 16, p. 35-56, 1/2010,
- FORTES, Luiz Roberto Salinas. **O Iluminismo e os reis filósofos**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GALLO, Sílvio. Jean-Jacques Rousseau: uma dupla comemoração. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3, set./dez. 2012.
- HERMANN, Nadja. Virtude e amor em Rousseau. **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 29-42, set./dez. 2013.
- MARTINS, Maurício Rebelo; DALBOSCO, Cláudio Almir. Rousseau e a primeira infância. **Filosofia e Educação**, Unicamp, v. 4, n. 2, out. 2012.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SILVA, Hélio Alexandre. O Iluminismo relutante em Jean Jacques Rousseau. **Philosophos**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 35-62, jan./jun. 2014.
- STRECK, Danilo Romeu. Rousseau e os paradoxos da educação latino-americana. **Cadernos de Educação**. Pelotas. n. 41, p. 69-83, jan./fev./abr. 2012.
- WENDT, Cristiano Eduardo; DALBOSCO, Claudio Almir. Iluminismo pedagógico e educação natural em Jean-Jacques Rousseau. **Educação**, Santa Maria, v. 37, n. 2, p. 229-240, maio/ago. 2012.
- TAYLOR, Charles. As fontes do Self. A construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

Submetido em 15/09/2015

Aprovado em 13/04/2016